

01 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Decisão do CNJ reconduz Clayton Camargo ao TJPR

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, na sessão de ontem, reconduzir Clayton Camargo ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), função da qual estava afastado desde agosto de 2014. Ele havia sido afastado liminarmente em função de inquéritos que correm no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e investigações desencadeadas pela corregedoria do CNJ que apuram denúncias de venda de sentenças, lavagem de dinheiro, corrupção passiva e crimes tributários.

Mesmo podendo voltar à atividade de magistrado, o CNJ ainda informou que, por unanimidade, prorrogou por 90 dias, o processo administrativo contra Camargo. Ele foi afastado devido a indícios de ter uma renda incompatível com a carreira de magistrado, além de ser investigado pela suspeita de tráfico de influência na eleição do filho, o ex-deputado estadual Fábio Camargo, para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O relator do processo no CNJ é o conselheiro Paulo Teixeira.

Clayton renunciou à presidência do TJ em setembro de 2013. Na mesma época, chegou a pedir aposentadoria, que foi aprovada pelo Órgão Especial do TJ, mas suspensa em seguida pelo Conselho. Logo após sua renúncia, Guilherme Luiz Gomes foi eleito presidente do órgão, ainda em 2013. Atualmente, o presidente do TJ é Paulo Roberto Vasconcelos, que era vice-presidente na época em que Camargo ainda ocupava a cadeira.

“Sem dúvida é uma vitória e agora ele vai aguardar o julgamento do procedimento no cargo de desembargador. Acredito também que o posicionamento de hoje (ontem) deve ser seguido ao fim do processo administrativo, ou seja, deve ser reconhecido que ele não cometeu nenhuma conduta irregular”, afirmou o advogado de Clayton, Rodrigo Mudrovitsch.

01 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Doação para campanha de Beto é alvo de denúncia

*Segundo a denúncia, com amplo
acesso ao governo, Luiz Abi dava*

Ação “proteção política” ao grupo criminoso

**protocolada pelo
MP na Justiça
aponta que
propina cobrada
por auditores da
Receita foi
entregue a Luiz
Abi Antoun e
usada na eleição
do governador**

Loriane Comeli

Reportagem Local

Além de ser apontado como líder político da organização criminosa que agia na Receita Estadual de Londrina achacando empresários para ignorar fraudes tributárias, o empresário Luiz Abi Antoun é acusado pelo Ministério Público (MP) em denúncia protocolada ontem, relativa à segunda fase da operação Publicano, de ter praticado dois fatos de

corrupção passiva tributária, ou seja, teria exigido (e recebido) propina para que duas empresas não fossem fiscalizadas ou autuadas. Mesmo sem ter cargo público – embora seja apontado como uma “eminência parda” do governador Beto Richa (PS-DB), de que é parente distante – Abi, de fato, segundo a denúncia, mandava na Receita Estadual, conforme apontam as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Na denúncia, os promotores Jorge Barreto da Costa, Renato de Lima Castro e Leila Schimiti relatam que os valores teriam sido exigidos por auditores e, de fato, recebidos por Abi, mas não detalham que destino o empresário teria dado aos recursos. Porém, tais valores seriam para a campanha de reeleição do governador, mencionado na denúncia apenas em notas de rodapé. Em depoimentos ao MP, o auditor Luiz Antonio de Souza, réu colaborador por meio de acordo de delação premiada, relatou que nos

dois casos o dinheiro seria usado na campanha eleitoral.

No primeiro caso, um empresário de Apucarana teria contribuído com R\$ 800 mil (parcelados em 10 vezes, entre fevereiro e dezembro de 2014, aproximadamente) para campanha tucana. Segundo a denúncia, com isso, os auditores – então coordenados por Márcio de Albuquerque Lima, ex-delegado em Londrina, permitiram que a empresa inserisse créditos fictícios de ICMS em valores elevados. Em depoimento, Souza menciona o nome do fiscal que “busca o dinheiro mensalmente com o empresário e entregava a Márcio, que, por sua vez, entregava a Abi”. Depois da operação de inserção de créditos fictícios, a empresa seria extinta “porque esse tipo de operação deixa rastros”, completou o delator.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

01 JUL 2015

No segundo caso, Souza não menciona que valor teria sido arrecadado para a campanha, mas diz que o empresário do setor de madeiras fez o pagamento diretamente a Luiz Pontes de Oliveira Filho, que, de acordo com a denúncia, “era, à época, filiado ao PSDB, e um dos responsáveis pela arrecadação de campanha do candidato Beto Richa”. Souza, em depoimento, afirma que o valor “foi entregue de Luiz Pontes diretamente para Abi, não tendo passado por Márcio”.

“RELAÇÃO INCESTUOSA”

Na denúncia, os promotores também relatam, minuciosamente, a importância de Abi para a “segurança e estabilidade” da organização criminosa. O empresário, com amplo acesso ao governo, dava “proteção política” ao grupo criminoso. Abi “detinha um significativo papel político junto aos órgãos do governo, no sentido de indicar seu amigo pessoal e importante membro da organização criminosa, Márcio de Albuquerque Lima, primeiro, para o cargo de delegado-chefe da 8ª Delegacia Regional de Londrina, e, posteriormente, para o cargo de Inspetor Geral de Fiscalização da Receita Estadual do Paraná, sendo certo que, neste período, houve grande intensificação dos esquemas de corrupção na Receita Estadual”, escreveram.

Os promotores também mencionam o fato de Abi ter reservado hotel para o atual secretário estadual de Fazenda, Mauro Ricardo Costa, em 9 de dezembro do ano passado, quando ainda não se sabia que Beto Richa o escolheria

para a pasta. Porém, Abi já tinha conhecimento, já que a reserva estava em nome do “futuro secretário da Fazenda do Paraná”. Mais que isso, a estadia de 31 de dezembro a 5 de janeiro deste ano foi paga pela Alumpar Alumínios, empresa de propriedade dos filhos de Abi. Isto evidencia a “relação incestuosa de Abi com o poder”, considera o MP.

O advogado de Antoun não deu retorno à reportagem; o advogado Douglas Maranhão, que defende Albuquerque, preferiu não comentar a nova denúncia; o Palácio do Iguaçu informou que apenas o PSDB poderia tratar das questões relativas à campanha, mas, apesar dos recados, a assessoria de imprensa não deu retorno à solicitação de entrevista e tampouco se manifestou sobre a suposta participação de Luiz Pontes. Em notas anteriores, o PSDB negou que Abi tenha tratado de arrecadação para a campanha de Beto e garantiu que todas as doações “ocorreram dentro da legalidade”. (Colaborou Luís Fernando Wiltemburg)

CONTINUA

01 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Citações sobre políticos devem ir ao TJe STJ

Em coletiva na tarde de ontem, os promotores que atuam no Gaeco evitaram fazer comentários acerca de depoimentos que envolvem políticos com foro privilegiado, ou seja, que não podem ser investigados pelo Ministério Público de Londrina. Seria o caso do governador Beto Richa, que tem foro para responder a inquéritos e a processos criminais no Superior Tribunal de Justiça (STJ), e do deputado estadual Tiago Amaral (PSB), cujo foro é o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

“Vamos analisar os depoimentos e as citações que envolvam autoridades com foro e verificar se se trata de encaminhar para a Procuradoria de Justiça do Ministério Público ou para o tribunal competente”, afirmou a promotora Leila

Shimiti, sem mencionar nomes. “Ainda não decidimos sobre isso.”

Até agora, o que se sabe por meio dos depoimentos do delator Luiz Antonio de Souza e de outras testemunhas, é que a campanha de Beto Richa teria sido beneficiada com dinheiro de propina. E também que Tiago Amaral teria levado, pessoalmente, propina para auditores da Receita, conforme reportagem publicada pela FOLHA no último dia 25. Um empresário, cliente de Tiago (quando o político atuava apenas como advogado tributarista), revelou que entregou R\$ 33 mil para que o hoje deputado levasse a um auditor. Assim, sua empresa conseguiu liberação de créditos tributários. O deputado nega qualquer envolvimento ilícito. (L.C.)

CONTINUA

01 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

125 denunciados e 124 fatos criminosos

Com 267 páginas, a denúncia protocolada ontem sobre fatos apurados na segunda fase da operação Publicano tem 125 denunciados e 124 fatos criminosos cometidos a partir de 2010 – embora esquema semelhante exista há pelo menos 30 anos. Entre os denunciados, 57 são auditores da Receita Estadual de Curitiba, Londrina ou de cidades da região Norte do Paraná; nove são contadores (dois dos quais também são advogados); e 59 são particulares, especialmente empresários que aceitaram pagar propina aos auditores. Entre os delitos, além de organização criminosa, os promotores apuraram dois casos de tráfico de influência, seis

casos de concussão, um caso de corrupção passiva, e 114 casos de corrupção ativa tributária e corrupção passiva.

Os líderes do esquema são os que tinham mais poder hierárquico na Receita, explicou a promotora Leila Schimiti. “Os cargos hierarquicamente superiores na Receita eram exercidos pelas pessoas que tinham mais poder, que exerciam liderança na organização.” Ao longo dos anos, os cargos comissionados foram sendo substituídos e houve ligeiras mudanças na estrutura e na forma de ação, mas, a organização e seus principais líderes não deixaram de agir. “Uma organização criminosa sofre mutação, amadurece, se aprimora, inclusive com a escolha de novos cargos comissionados”, resumiu Castro, acrescentando como exemplo o fato de ultimamente havia aumentado o número de ordens de

fiscalização de empresa vindas diretamente da cúpula da Receita, em Curitiba.

ADITAMENTO

Na primeira fase da operação Publicano, deflagrada em março, 62 pessoas, sendo 15 auditores, foram acusadas de integrar a organização criminosa que agia na Receita de Londrina. Ontem, os promotores fizeram o aditamento da denúncia, já aceita pela 3ª Vara Criminal. Eles incluíram 11 auditores fiscais, cujos nomes e participação foi possível graças à delação de Luiz Antonio de Souza. Os auditores incluídos na denúncia são Milton Digiácomo, Laércio Rossi, Antonio Carlos Lovato, Marcos Arrabaça, Lídio Samways Júnior, Clóvis Roggê, Gilberto Favato, José Henrique Hoffmann, José Aparecido Valêncio (ex-coordenador geral da Receita), Hélio Obara e Gilberto Della Coletta. (L.C.)

Auditora consegue HC, após 40 dias presa

A auditora da Receita Estadual de Londrina, Ana Paula Pelizari Marques de Lima, conseguiu habeas corpus do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo seu advogado, Douglas Maranhão, a decisão inclui os dois mandados de prisão, relativo às duas fases da operação Publicano. O documento necessário para soltá-la seria encaminhado ainda ontem para Londrina,

o que não tinha ocorrido até o fechamento desta reportagem. Mulher de um dos líderes da organização criminosa que atuava na Receita, Márcio de Albuquerque Lima, Ana Paula foi presa em 21 de maio, após ficar pelo menos duas semanas foragida. Na primeira fase da operação, ela é acusada de ter ocultado e destruído documentos relativos às fraudes. A decisão do ministro da 6ª Turma do STJ, Sebastião Reis Júnior, o mesmo soltou praticamente todos os investigados no esquema da Receita, deve ser publicada hoje. (L.C.)

01 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Francischini muda o foco

Um dos réus da ação civil pública por atos de improbidade administrativa apresentada pelo Ministério Público (MP) do Paraná, por conta dos episódios verificados no dia 29 de abril, no Centro Cívico, em Curitiba, o deputado federal Fernando Francischini (SD) não tinha, até a noite de ontem, se posicionado sobre o caso. Durante a tarde de terça-feira, ele seguiu postando, em sua conta na rede social Facebook, críticas aos governos da presidente Dilma Rousseff (PT) e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como costuma fazer diariamente, sem mencionar uma linha sequer a respeito do processo no qual é citado. Em um dos posts, por exemplo, o parlamentar compartilha matéria em que propõe o impeachment da petista.

'Protagonista da gestão'

O ex-secretário de Segurança foi, segundo o MP, o "protagonista da gestão de todos os aspectos" relacionados à repressão aos manifestantes, que naquela data protestavam contra a reforma na Parana Previdência. Mais de 200 pessoas, a maioria professores, ficaram feridas, atingidas por balas de borracha, gás de pimenta e até mordidas de cães da raça pit bull. A FOLHA chegou a procurar Francischini, logo que soube do procedimento, via assessoria de imprensa, no entanto, não recebeu retorno.

Foro privilegiado

Além do deputado federal, são acusados o governador Beto Richa (PSDB), o ex-comandante da Polícia Militar (PM) César Vinícius Kogut, o ex-subcomandante da PM Nerino Mariano de Brito, o coronel Arildo Luís Dias e o tenente-coronel Hudson Leôncio Teixeira, do Batalhão de Operações Especiais (Bope). No caso de Beto e do ex-chefe da Segurança, que têm foro privilegiado, o MP terá de recorrer à Procuradoria-Geral da República (PGR), órgão com competência para atuar na esfera criminal.

01 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Fachin abre mão de relatoria de inquérito do mensalão

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), se declarou suspeito de relatar um inquérito sigiloso derivado das investigações do mensalão que tramita na Corte. Com a decisão, o inquérito foi redistribuído para o ministro Dias Toffoli. O inquérito corre sob sigilo de justiça e é um desmembramento das investigações que resultaram no processo do mensalão. O caso ficou parado desde que o ex-ministro Joaquim Barbosa deixou a relatoria dos processos do mensalão. O inquérito foi, em primeiro momento, encaminhado ao ministro Luís Roberto Barroso, que já se declarou impedido. Posteriormente, foi enviado para o presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, cujo acervo de aproximadamente 1,4 mil processos foi encaminhado a Fachin, que tomou posse no último dia 16.

Joaquim Barbosa critica Dilma

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e relator no processo do mensalão, Joaquim Barbosa, usou sua conta no Twitter para criticar a fala da presidente Dilma Rousseff sobre o dono da UTC, Ricardo Pessoa, delator na Operação Lava Jato. Barbosa afirmou, na noite de segunda-feira, que há algo “profundamente errado” na vida pública do país e que nunca viu um chefe de Estado “tão mal assessorado” quanto a presidente. E disse que é crime de responsabilidade atentar contra o andamento do Judiciário. Na segunda, em Nova York, Dilma disse que “não respeita delator” e negou que tenha recebido dinheiro ilícito em sua campanha. Em delação premiada, Pessoa disse que doou R\$ 7,5 milhões à campanha de Dilma por temer prejuízos em seus negócios com a Petrobras. O montante foi doado legalmente.

'Estrago da promiscuidade'

A presidente defendeu que a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal investiguem a delação de Pessoa e afirmou que tomará providências se o empresário a citar nos depoimentos. “Assessoria da Presidente deveria ter lhe informado o significado da expressão ‘law enforcement’: cumprimento e aplicação rigorosa das leis. Zelar pelo respeito e cumprimento das leis do país: esta é uma das mais importantes missões constitucionais de um presidente da República!”, escreveu Barbosa. Ele defendeu que a colaboração com a Justiça - a delação premiada - é um instituto penal-processual previsto em lei no Brasil.

O relator do processo do mensalão ainda perguntou a seus seguidores se eles estão vendo “o estrago que a promiscuidade entre dinheiro de empresas e a política” causa nas instituições.

01 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Membros do PCC são julgados em Londrina

Celso Felizardo

Reportagem Local

Londrina – O prédio do Tribunal do Juri de Londrina foi todo cercado por policiais militares ontem durante o julgamento de cinco réus acusados de integrarem o Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das maiores organizações criminosas do País. Segundo o Ministério Público, eles seriam responsáveis pela morte de Wesley Thiago Pereira, de 22 anos, em fevereiro de 2008. Cerca de 30 policiais com armamento pesado fizeram a segurança no entorno do fórum. O acesso ao salão foi controlado por detector de metais.

O julgamento começou pela manhã e tinha previsão de terminar por volta da meia-noite. A juíza Elisabeth Khater chegou escoltada pelos policiais. Um dos réus, Sérgio Aparecido Cassiano da Silva, o Zé Neguinho, é apontado pelo Ministério Público como o chefe da organização criminosa no Estado à época do crime. Com a preocupação de um possível resgate dos presos, os policiais montaram o esquema de segurança.

De acordo com a acusação, o rapaz, que morava no Conjunto Mister Thomas, na zona leste, foi sequestrado e levado para uma chácara, na zona sul da cidade, onde foi morto após um 'julgamento' dos criminosos. Segundo as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), o assassinato teria sido encomendado de dentro de presídios em represália às mortes de dois integrantes da quadrilha. Mais tarde, segundo escutas telefônicas, os criminosos descobriram que o rapaz havia sido morto por engano.

O MP apontou que o rapaz foi espancado até a morte, e o corpo, atirado à margem do Ribeirão dos Apertados. Nilton Ribeiro, advogado de Zé Neguinho, informou que as escutas apontaram que o cliente reprovou a morte de Wesley. "Quando ele condena a morte para os outros réus ao telefone fica claro que ele não foi o mandante do crime." Ribeiro também criticou a investigação do Gaeco. "Foi mal conduzida. Erraram até o presídio onde meu cliente estava."

Vantagens dos juizes e retrocesso social

A concretização dos direitos sociais é, sem dúvida, um dos maiores desafios da atualidade. Pouco adianta eles estarem previstos na Constituição se o Estado não dispõe de recursos suficientes para assegurar educação, saúde, alimentação e moradia aos mais necessitados. Como consolo, os juristas desenvolveram o princípio da proibição de retrocesso social, segundo o qual o nível de consecução dos direitos sociais numa dada sociedade não admite recuo. Aliás, parece que a Justiça brasileira tem muito apreço por esse princípio.

Para entender melhor o que foi dito, partiremos de uma situação prática. Sabe-se que os governos de quase todos os Estados do Brasil mantêm um programa de auxílio-moradia ou aluguel social para famílias removidas de áreas de risco ou desabrigadas por motivo de calamidade pública. Em São Paulo, por exemplo, o valor do auxílio é de R\$ 300 por família beneficiada. Pois bem, a proibição de retrocesso social é uma barreira contra eventual tentativa de abolição desse programa pelo governante de ocasião.

Contudo toda regra tem uma exceção. No caso, os manuais de Direito Constitucional fazem uma importante ressalva à proibição de retrocesso: ela está sujeita à “reserva do possível”. Por outras palavras, em ocasiões de grave crise econômica a carência de recursos públicos pode justificar a supressão de políticas de caráter social. Considerando a situação preocupante da economia brasileira, caberia perguntar se existe algum risco de os desabrigados de enchentes e outras calamidades ficarem sem auxílio-moradia.

Se depender do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Napoleão Maia, não há o menor motivo para preocupação. Em liminar proferida na Reclamação n.º 21.763, o ministro invocou expressamente o princípio da proibição de retrocesso em defesa do auxílio-moradia. Curiosamente, o auxílio-moradia em discussão naquele processo não é o benefício social dos desafortunados, mas a verba que vem sendo paga, desde meados do ano passado, para custear a habitação de todos os juizes brasileiros, incluindo os que possuem imóvel próprio em sua comarca de atuação. Os autores da reclamação insurgem-se contra a regra que determina o pagamento de um só auxílio-moradia a casais de magistrados que residem sob o mesmo teto. Eles sustentam que, nesse caso, cada consorte faz jus à vantagem integral, atualmente fixada em R\$ 4.377,33. A liminar do ministro Maia reconhece tal direito.

Trata-se, no entanto, de uma decisão provisória, como toda liminar. É da mesma natureza a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux que, em agosto de 2014, impôs o pagamento do auxílio-moradia aos juizes. Na esteira dessa decisão, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) estendeu o benefício aos membros do Ministério Público.

Segundo reportagem da revista *Época*, o pagamento da verba a todos os juizes e promotores do País acarretará uma despesa anual de R\$ 1,53 bilhão. Não é só. As associações de juizes e de membros do Ministério Público já pleitearam o reconhecimento de um alegado crédito de auxílio-moradia retroativo a um período de cinco anos. Por falta de caixa, o pagamento será diluí-

do ao longo de vários meses, tudo com juros e correção monetária, naturalmente. Em alguns Estados isso já vem sendo feito.

Quando a ação a cargo do ministro Fux for submetida ao plenário do STF, a Corte deverá debruçar-se sobre a seguinte questão: o auxílio-moradia universal dos juizes é compatível com o artigo 39, parágrafo 4.º, da Constituição federal? Tal norma estabelece que os magistrados e os membros do Ministério Público “serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”.

O tão aguardado julgamento da Suprema Corte servirá de paradigma para o exame da constitucionalidade de leis que asseguram aos juizes e promotores diversas outras vantagens semelhantes.

Por exemplo, no Rio de Janeiro eles já recebem, além do auxílio-moradia, auxílio-educação – no valor mensal de R\$ 953,98 por filho até 24 anos, observado o limite de três filhos – e também auxílio-locomocão, de R\$ 1.100. Ambos os benefícios foram incluídos no anteprojeto do Estatuto da Magistratura, que ainda prevê auxílio-plano de saúde, reembolso de despesas médicas e odontológicas não cobertas pelo plano de saúde e auxílio-funcional, além de diversas outras vantagens.

CONTINUA

01 JUL 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A escalada de auxílios na Justiça brasileira já foi alvo até de crítica internacional. Ouvido pela jornalista brasileira Cláudia Wallin, o juiz da Suprema Corte da Suécia Göran Lambertz tachou de “egocêntrica e egoísta” a atitude dos magistrados de buscar benefícios como auxílio-escola para seus filhos.

Cada país tem o Judiciário que merece, assim como cada Judiciário merece o país que tem. Nas palavras do magistrado sueco, “se o sistema judiciário de um país não for capaz de obter o respeito dos cidadãos, toda a sociedade estará ameaçada. Haverá mais crimes, haverá cada vez mais ganância na sociedade, e cada vez menos confiança nas instituições do país. Juízes têm o dever, portanto, de preservar um alto padrão moral e agir como bons exemplos para a sociedade, e não agir em nome de seus próprios interesses”.

A propósito, o país de Lambertz figura entre os que apresentam maior índice de desenvolvimento humano (IDH). Já o Brasil aparece apenas na 79.^a posição desse ranking, logo atrás do Azerbaijão, da Jordânia e da Sérvia.

No entanto, como visto acima, o Judiciário brasileiro tem dado provas de que lutará com todas as suas forças contra o retrocesso social. Resta saber se ele compreende adequadamente o significado dessa expressão.

A escalada de auxílios na Justiça brasileira já foi alvo até de crítica internacional

✽

PROCURADOR DA REPÚBLICA

01 JUL 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Barbosa faz crítica às declarações da presidente

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa reagiu ontem pelo Twitter às declarações da presidente Dilma Rousseff feitas anteontem nos Estados Unidos, quando ela afirmou não “respeitar” a figura do delator, numa referência a Ricardo Pessoa, dono da empreiteira UTC.

Dilma ainda fez um paralelo entre o instrumento da delação e a ditadura militar, que coagia presos políticos para que eles entregassem companheiros.

Depois de dizer que Dilma “é mal assessorada”, Barbosa alertou que ela estava cometendo um crime de responsabilidade por afrontar um instrumento legal. “Caberia à assessoria informar a presidente que atentar contra o bom funcionamento do Poder Judiciário é crime de responsabilidade”, escreveu. Isso porque, segundo o ex-ministro, a Constituição não autoriza o presidente a “investir política-

mente” contra as leis vigentes, “minando-lhes as bases”.

Em outro post, Barbosa comentou a crise política provocada pela Operação Lava Jato: “Refletimos coletivamente: vocês estão vendo o estrago que a promiscuidade entre dinheiro de empresas e a política provoca nas instituições?”

O jurista Ives Gandra Martins, que assinou um parecer em defesa do impeachment de Dilma, defende o instituto da delação, mas discorda de Barbosa quanto ao “crime” que teria sido cometido por Dilma na entrevista. “Ela está investindo contra o sistema legal. A função da presidente é preservar a ordem jurídica, mas a frase isolada não chega a configurar um crime”, disse ele.

Gandra Martins lembra, ainda, que “não tem cabimento” ligar a delação premiada às práticas de tortura da ditadura, como fez a presidente anteontem.

Fachin deixa inquérito ligado ao mensalão

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, se declarou suspeito e deixou a relatoria de um inquérito sigiloso derivado das investigações do mensalão. Com a decisão, o caso foi redistribuído para o ministro Dias Toffoli.

O inquérito ficou parado desde que o ex-ministro Joaquim Barbosa deixou a relatoria do processo do mensalão. O caso primeiro foi encaminhado ao ministro Luís Roberto Barroso, que se declarou impedido. Posteriormente, foi enviado para o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, cujo acervo de aproximadamente 1,4 mil processos foi encaminhado a Fachin.

O inquérito 2474 busca traçar parte do caminho do dinheiro usado no esquema e analisa convênios firmados pelo BMG com o INSS, por meio da Dataprev.

SÔNIA RACY

Transparência

Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, pediu a Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, que libere cópia da delação premiada de Ricardo Pessoa. “É um absurdo que a defesa venha a conhecer citação de seus clientes por meio da mídia”, reclama. O criminalista defende Edison Lobão e Roseana Sarney.

O direito mínimo do cidadão, argumenta Kakay, é saber do que está sendo acusado.

01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CNJ autoriza retorno de
Clayton Camargo ao
Tribunal de Justiça

CNJ autoriza retorno de Clayton Camargo ao TJ

Afastado do cargo de desembargador desde 2013, ex-presidente do tribunal estadual volta ao trabalho enquanto as ações contra ele não forem julgadas

| Katna Baran

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu nesta terça-feira (30), por unanimidade, reconduzir o ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) Clayton Camargo à função de desembargador do Judiciário paranaense. Alvo de um processo administrativo disciplinar que apura uma série de denúncias contra ele — como venda de sentenças, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, corrupção passiva e crimes tributários —, Camargo estava afastado do cargo no TJ desde outubro de 2013.

A decisão do CNJ ocorreu no julgamento de um pedido de prorrogação do processo feito pelo relator do caso, conselheiro Paulo Teixeira. No pronunciamento, o conselheiro pediu mais 90 dias para concluir seu relatório. Ele desta-

cou, porém, que, para seguir entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), seria prudente reconduzir Camargo ao cargo, mesmo sem decisão do mérito da questão — voto que foi acompanhado pelos demais conselheiros do CNJ.

No julgamento, o relator não detalhou as investigações que fazem parte desse processo. Há ao menos duas apurações em curso: a primeira envolve denúncia feita em 2011, por uma advogada, de que o desembargador teria recebido dinheiro para beneficiar uma das partes envolvidas em uma disputa pela guarda de filhos e outra que abrange possíveis manipulações em processos de falência no Paraná. O CNJ também apura uma evolução patrimonial de Camargo incompatível com as funções de magistrado.

O processo administrativo contra Camargo foi aberto em outubro de 2013, a partir de relatório feito pelo então corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão. O voto de Falcão foi amparado por inquéritos que tramitam em sigilo no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Desde então, a conclusão do processo vem sendo adiada pelo relator. Neste momento, a expectativa é pelo julgamento do procedimento, já que a fase de instrução foi concluída.

Camargo também foi alvo

de outro pedido de providências no CNJ, por suspeita de tráfico de influência praticada por ele na eleição de seu filho, o ex-deputado estadual Fábio Camargo, ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC), há dois anos. O pedido foi arquivado sumariamente em novembro do ano passado por determinação da corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, que alegou falta de provas.

Em meio às investigações, ainda em setembro de 2013, depois de assumir a presidência do TJ por alguns meses, Clayton solicitou aposentadoria como desembargador e renunciou ao cargo de presidente. O CNJ, porém, suspendeu o processo de aposentadoria considerando a alegação do Ministério Público Federal (MPF) de que o magistrado estaria antecipando a aposentadoria para fugir de um eventual processo disciplinar. Não há informações do andamento desse procedimento.

Declaração

Procurado pela reportagem, Clayton Camargo declarou que a justiça acabou triunfando sobre seu caso. “Depois de 50 anos de vida pública, 40 anos de exercício de função, fui abruptamente tirado do cargo para averiguação, mas as coisas vão sendo esclarecidas”, disse.

CONTINUA



Camargo foi beneficiado por entendimento de que magistrados podem ficar no cargo até decisão final.

ENTENDA O CASO

Os principais fatos envolvendo o caso Clayton Camargo:

Dezembro 2011 - O desembargador Clayton Camargo assume a presidência do TJ-PR.

Maio 2012 - A **Gazeta do Povo** revela investigação do CNJ sobre acusações de tráfico de influência e venda de sentenças contra Camargo.

Junho 2012 - O jornal *O Estado de S. Paulo* revela que a Polícia Federal investiga o envolvimento de magistrados e servidores do Judiciário com uma máfia que manipula a administração de processos de falências no Paraná. Um dos nomes constantes do inquérito seria o de Camargo.

Julho 2012 - CNJ abre investigação para apurar a suspeita de que Camargo tenha praticado tráfico de influência no processo de escolha do conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC) Fabio Camargo, que é filho de Clayton.

Agosto 2012 - MP-PR determina o arquivamento da investigação contra Camargo que apurava suposto tráfico de influência e venda de sentenças.

Setembro 2012 - Camargo pede aposentadoria e renuncia à presidência do TJ-PR. Pouco após a aceitação do pedido de aposentadoria, o CNJ suspendeu o processo a pedido do Ministério Público Federal.

Outubro 2012 - Amparado por inquéritos que tramitam em sigilo no STJ, o CNJ decide afastar Clayton Camargo das funções de desembargador e abrir procedimento administrativo disciplinar contra ele. O órgão também apura suposta evolução patrimonial incompatível com as funções de magistrado.

Novembro 2012 - CNJ arquivou investigação contra Clayton Camargo por suposto tráfico de influência na eleição de Fabio Camargo para o TC.

Junho 2013 - Depois de diversos adiamentos, CNJ decide reconduzir Camargo ao cargo de desembargador do TJ-PR. Entretanto, o mérito da questão ainda não foi julgado.

01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

» BATALHA DO CENTRO CÍVICO

Ação do MP será anexada a pedido de impeachment de Richa

Luis Lomba, especial para a Gazeta do Povo

A ação civil pública imitada na Justiça pelo Ministério Público Estadual (MP) contra o governador Beto Richa (PSDB), por improbidade administrativa, será anexada ao pedido de impeachment contra ele protocolado em maio na Assembleia Legislativa. O advogado que pediu o impeachment, Tarso Cabral Violin, considera que a ação de improbidade administrativa contra Richa, o ex-secretário da Segurança Fernando Francischini e o comando da PM devido à violenta repressão aos professores em 29 de abril reforça a tese de afastar o governador do cargo.

“De fato as duas coisas se relacionam. Se for apurado que houve infração político-administrativa ou crime de responsabilidade, isso pode reforçar o pedido de impeachment”, afirma o advogado Guilherme Gonçalves, presidente do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral.

O MP concluiu nesta terça-feira (30) o protocolo de ação civil pública contra o governador e a cúpula das Segurancas Públicas no Paraná, apontando improbidade administrativa na repressão ao protesto de professores no Centro

Cívico. Nessa ação por improbidade não há foro privilegiado. “Como é uma conduta de natureza cível, a ação corre em primeiro grau”, explica Gonçalves. O juiz que receber a ação em sua fase preliminar vai analisar a defesa prévia e, se considerar que há indícios de que tenha ocorrido improbidade, iniciará o processo.

“A consequência desse processo pode ser a perda dos direitos políticos”, explica Guilherme Gonçalves. Além disso, em tese o governador pode ser multado e ter de resarcir os cofres públicos (o MP estima que o prejuízo com a operação do Centro Cívico foi de R\$ 5 milhões, entre custos diretos da operação e pedidos de indenização de vítimas da ação policial).

“A improbidade administrativa apontada pelo Ministério Público se configura em crime de responsabilidade, cabível de impedimento,” afirma Violin, que reuniu cerca de 10 mil assinaturas em petição pública pelo impeachment do governador. “As investigações e análises feitas pelos promotores estão em sintonia com o nosso processo, quando apontam que o governador foi no mínimo omisso em não mandar parar o massacre”, diz. O pedido de impeachment de Richa está na mesa do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Ademar Traiana (PSDB), desde 25 de maio.

O governador que comete crime de responsabilidade, segundo a legislação, é suspenso e não pode ocupar cargos públicos. Caso Beto Richa seja afastado, assume a vice Cida Borgheti (PP).

Defesa do governador diz que MP violou a Constituição

O advogado René Dotti, que defende Beto Richa, diz que o Ministério Público (MP) violou o direito constitucional ao contraditório e os princípios elementares do devido processo legal ao propor ação civil pública por improbidade contra o governador. Em documento enviado à **Gazeta do Povo**, Dotti contesta informação publicada no jornal de que o MP concedeu acesso ao processo aos advogados do governador.

“No dia 26 de maio, eu e meu colega de defesa, doutor Eduardo Sanz, protocolamos na Procuradoria Geral da Justiça, nos autos da investigação sobre o incidente do dia 29 de abril, uma petição com a procuração do governador, pleiteando prazo de 20 dias para juntar documentos, vídeos, bem como outras provas que possam contribuir para a elucidação dos fatos, além de informar nomes de testemunhas que possam contribuir com as investigações desenvolvidas por essa Procuradoria de Justiça”, diz o advogado.

Dotti afirma ainda que seu escritório deixou disponível para o MP gravações audiovisuais para embasar a defesa de Richa. Segundo Dotti, a procuradoria encaminhou o ofício em 23 de junho marcando para esta quarta-feira (dia 1.º) a entrega do material. Para Dotti, como a denúncia do MP é anterior a isso, fica evidente que não houve direito ao contraditório. (LL)

01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Batalha no Centro Cívico 1

É um despropósito o Ministério Público propor ação de improbidade administrativa no caso do confronto dos policiais militares com os professores (**Gazeta**, 30/6). Eles estavam reunidos no Centro Cívico para impedir as votações na Assembleia de que discordavam. Nos próximos episódios a autoridade responsável acabará por se omitir com medo de ação judicial. Aí reclamarão da omissão.

Ricardo Bellodi

Batalha no Centro Cívico 2

O Ministério Público é uma instituição pública autônoma, a quem a Constituição Federal atribuiu a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. O Ministério Público é o grande defensor dos interesses do conjunto da sociedade brasileira.

Benhur Favero

MP denuncia Abi e mais 124 na 2.ª fase da operação na Receita

Gilberto Abella/Jornal de Londrina



Abi é primo distante de Richa.

LONDRINA

Fábio Silveira, do JI.

O Ministério Público (MP) do Paraná protocolou na segunda-feira (29) a ação penal que encerra a segunda fase da Operação Publicano, que investiga um suposto esquema de favorecimento à sonegação fiscal em troca de propina na Receita Estadual. Ao todo, 125 pessoas foram denunciadas, entre as quais o parente distante do governador Beto Richa (PSDB) Luiz Abi Antoun.

Entre os denunciados estão, também, 57 auditores fiscais, nove contadores (dois deles também são advogados) e 59 "particulares", principalmente empresários. Todos são acusados de corrupção ativa e passiva, de concussão (corrupção praticada pelo agente público), de organização criminosa e de tráfico de influência. Na denúncia são listadas 124 situações nas quais o MP considera que ocorreram crimes.

Segundo o MP, Abi Antoun teria influência na nomeação de chefias para a Re-

ceita Estadual, a fim de garantir a manutenção do suposto esquema.

A promotora Leila Schimitti afirmou que o episódio em que a empresa da família de Abi, a Alumpar, fez reservas e pagou por diárias de hotel para o secretário estadual da fazenda, Mauro Ricardo Costa, reforça a tese de que ele tinha influência no governo. O pagamento foi revelado pela *Gazeta do Povo*. "O fato foi incluído para demonstrar o poder de influência desse denunciado junto ao poder no Estado já que, quase um mês antes [da posse], a empresa de Luiz Abi pagou diárias. Temos documentos que indicam isso, e apontou-o [Mauro Ricardo] como futuro secretário da Fazenda", disse ela. "A relação incestuosa [de Abi com o governo Richa] é indiscutível", completou o promotor Renato Lima Castro.

Os promotores também concluíram que a hierarquia da suposta organização criminosa se confunde com a hierarquia da própria Receita. Isso justifica a inclusão de 11 pessoas que ocuparam cargos de chefia do órgão na primeira ação penal da Publicano, protocolada em abril.

Os promotores informaram que ainda vão analisar as citações colhidas em depoimentos que possam incluir pessoas com foro privilegiado na investigação. Esse material poderá ser encaminhado a outras esferas do Judiciário.

O criminalista Antônio Carlos Coelho Mendes, que defende Luiz Abi, disse que não comentaria o caso. "Não pretendo dar respostas para a comunidade, para o delegado nem para os promotores. Só para o juiz." A reportagem não conseguiu contato com a Secretaria Estadual de Fazenda.

01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

» GESTÃO 2003-2010

MP vai investigar cartão corporativo de Requião

| Katna Baran

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) abriu um inquérito civil para apurar possíveis irregularidades no uso de cartão corporativo pelo senador Roberto Requião (PMDB) no período entre os anos de 2003 e 2010, quando ele exercia a função de governador do estado.

A investigação, aberta no último dia 9 de junho, foi motivada por denúncia do ex-deputado José Domingos Scarpellini (atualmente no PSB).

A assessoria do MP informou apenas que a investigação está em curso e que não pode revelar mais detalhes do caso porque a coleta de provas ainda não foi finalizada.

Em abril do ano passado, Requião também virou alvo de uma investigação que apura suposto uso de dinheiro público no tratamento de cavalos de propriedade particular.

Desconstruir imagem

O advogado de Requião, Luiz Fernando Delazari, declarou que a denúncia é antiga e tem como objetivo apenas desconstruir a imagem do ex-governador. "Nós já demos resposta preliminar ao Ministério Público esclarecendo os fatos. Não existe irregularidade. Os gastos foram totalmente justificáveis e são compatíveis com a função de um chefe de governo", afirmou.

JUDICIÁRIO

Renan volta atrás e decide votar reajuste médio de 59,49%

Atendendo a pedido do Planalto, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou nesta terça-feira (30) que não colocará em votação o projeto de lei que concede reajuste médio de 59,49% aos servidores do Poder Judiciário. Mas foi pressionado por funcionários da Justiça e voltou atrás logo depois. "Quem tem de fazer isso [retirar o projeto] é o Judiciário, não é o Legislativo", disse ele após a reunião de líderes partidários. O governo, em meio ao ajuste fiscal, prevê que o reajuste para a Justiça vai causar um impacto de R\$ 1,5 bilhão nas contas públicas só neste ano.

01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

8,17% de reajuste aos outros poderes

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná aprovou, nesta terça-feira (30), os projetos que reajustam em 8,17% o salário dos servidores do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública. Já a proposta do Legislativo, que, a exemplo do que foi aprovado para o governo do estado, oferece apenas 3,45%, teve a votação adiada. A polêmica gira em torno da manobra da oposição de tentar aprovar uma emenda ao texto para garantir integralmente a reposição inflacionária aos servidores da Casa. Os governistas, porém, não querem carregar o rótulo de terem votado 3,45% para o funcionalismo estadual e, agora, darem um reajuste maior ao quadro da Assembleia.

01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Fachin abre mão de liderar inquérito do mensalão

■ Mais novo integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Luiz Edson Fachin se declarou impedido para comandar um inquérito que investiga um dos braços do mensalão, esquema de desvio de recursos públicos e pagamento de propina a políticos no início do governo Lula.

Com isso, o processo foi redistribuído para o ministro Dias Toffoli assumir a relatoria. No despacho em que abre mão do caso, Fachin faz referência apenas ao artigo do regimento interno do STF que trata da suspeição.

O caso estava parado há mais de um ano, desde a aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa. As investigações avaliam irregularidades entre convênios firmados entre instituições financeiras e o INSS/Dataprev para a operacionalização de crédito consignado a beneficiários e pensionistas com a participação do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que presidiu o INSS entre 2004 e 2005.

Outra linha investiga ainda se servidores do Congresso receberam dinheiro desviado desses convênios.

01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Suspensa lei para bloquear celulares em presídios do PR

Antonio Senkovski

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu em caráter liminar a lei estadual do Paraná que obriga as operadoras de celular a instalar bloqueadores de sinal nas penitenciárias paranaenses. A lei dava às companhias seis meses de prazo a partir de novembro de 2014 para colocar em funcionamento os dispositivos. A Associação Nacional das Operadoras de Celulares (Acel) questionou a constitucionalidade da regra e obteve a desobrigação na Justiça.

O entendimento do ministro Dias Toffoli (relator do processo) é de que o estado não tem competência para legislar sobre o aspecto das telecomunicações. Toffoli relatou que esse é um serviço que deve ter sua regra delimitada pela União, como está previsto na Constituição de 1988.

A decisão é liminar e o processo de inconstitucionalidade continua em trâmite. Um dos argumentos usados por Toffoli foi justamente envolvendo esse fato. Segundo ele, o processo pode levar um longo tempo para ter uma decisão definitiva. Há outros estados que têm legislações parecidas e com processos envolvendo a constitucionalidade dessas regras. No caso da lei paranaense, há previsão de multa de até R\$ 1 milhão para o descumprimento.

O governo do Paraná informou que o “estado não é parte nesse processo, é apenas citado como interessado”. O documento cita que “não houve intimação ao estado até agora, mas provavelmente haverá, quando, então, apresentará seu posicionamento.”

A obrigação de instalação de bloqueadores faz parte de um pacote de medidas para evitar rebeliões. Entre 2013 e 2014 houve mais de 20 motins no estado, a maioria de presos que pleiteavam transferências. Para afastar o risco de motins, em novembro de 2014 o governo proibiu negociações de transferência de amotinados.

No mesmo pacote, também foi aprovada a lei que obrigava as operadoras a instalar bloqueadores de celular nas prisões. Para se ter ideia da gravidade do problema, 3.076 celulares foram apreendidos nos presídios do estado em 2012. No ano seguinte o número saltou para 5.871 e, de janeiro a setembro de 2014, foram 4.647.

A terceira e última medida do pacote foi a transferência do Departamento de Execuções Penais (Depen) da Secretaria da Justiça (Seju) para a Secretaria de Segurança Pública (Sesp).

Pedido de indenização à família de Eloá é negado pela Justiça

A Justiça julgou improcedente o pedido de indenização contra o Estado feito por familiares de Eloá Pimentel, assassinada em 2008 pelo ex-namorado Lindemberg Alves, de 22 anos, em Santo André (SP). Segundo a família, os policiais no comando da ação fizeram um trabalho “atabalhado”, que contribuiu para a morte. O juiz Luiz Fernan-

do Rodrigues Guerra, da 5ª Vara da Fazenda Pública, entendeu que Lindemberg “sempre deixou clara sua intenção de matar Eloá”. A defesa vai recorrer. Mantida em cárcere privado por Lindemberg por mais de 100 horas, Eloá foi morta em meio a invasão do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) ao apartamento, em outubro de 2008. A amiga dela Nayara Rodrigues da Silva, 15 anos, que havia sido libertada e acabou retornando ao cativeiro a pedido dos PMs, foi baleada na boca, mas sobreviveu.

01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Violência contra as crianças custa R\$ 21 trilhões no mundo

Estudo realizado por instituto inglês contabiliza gastos com tratamentos e com a perda de produtividade ao longo da vida das vítimas de agressão física, sexual e psicológica

Mauri König

▀ O impacto econômico da violência física, psicológica e sexual contra as crianças chega a US\$ 7 trilhões (R\$ 21 trilhões ao câmbio atual) em todo o mundo, considerando a soma da assistência médica e das perdas de produtividade das vítimas ao longo da vida.

O planeta perde por ano US\$ 97 bilhões (R\$ 300 bilhões) só com as piores formas de trabalho infantil e outros US\$ 144 milhões devido à associação de crianças com grupos armados. Os dados serão apresentados nesta quarta-feira (1.º) em Brasília pela ChildFund Brasil.

O custo financeiro — que de alguma forma pode ser medido, ao contrário do custo emocional das vítimas — será debatido até quinta-feira (2) no seminário Livre de

violência, promovido por organizações não governamentais com atuação internacional: Fundação Abrinq — Save the Children, Plan International Brasil, Visão Mundial, ChildFund Brasil e Aldeias Infantis SOS. O evento vai discutir como é possível erradicar a violência contra a criança e o adolescente no Brasil até 2030.

A ChildFund Alliance contratou o Overseas Development Institute (ODI), da Inglaterra, para realizar pesquisas sobre os custos globais e o impacto econômico da violência contra as crianças. A principal conclusão é de que as perdas globais chegam a US\$ 7 trilhões ao longo da vida desse conjunto de vítimas, o que equivale a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) da Austrália, Canadá, Índia e México juntos.

Para chegar a esse valor, o ODI analisou o número de crianças que sofreram violência em um determinado ano no mundo, usou pesquisas já feitas sobre o tema em alguns países e fez o cálculo sobre a perda de produtividade das vítimas. Isto significa que, para essas crianças, os custos em termos de produtividade ao longo de suas vidas pode passar de US\$ 7 trilhões. Esse valor não leva em conta outros custos, como os dos sistemas de saúde

e de justiça, não disponíveis globalmente.

O estudo aponta a existência de 168 milhões de crianças submetidas ao trabalho infantil, 85 milhões delas em funções perigosas. Considerando que para cada ano adicional de escolaridade a renda de uma pessoa aumenta em 10%, o ODI calculou os anos perdidos de escolarização e a diferença na renda anual perdida por esses 85 milhões de crianças. Esse valor é estimado em US\$ 97 bilhões por ano, o equivalente a sete vezes o PIB da Islândia em 2013.

O ODI também estima que o custo anual de crianças cooptadas por forças armadas ou grupos criminosos pode chegar a US\$ 144 milhões, a partir da perda média de cinco anos de escolaridade, da perda da capacidade produtiva ao longo da vida decorrente de incapacidades, de trauma psicológico ou morte.

CONTINUA

01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CAUSA E CONSEQUÊNCIA

Veja análise do estudo encomendado pela ChildFund Alliance:

VIOLÊNCIA SEXUAL

Cenário

Até 50% das agressões sexuais no mundo são cometidas contra meninas de até 16 anos, segundo dados de 2011 do Unicef e do Fundo de Populações das Nações Unidas (Unfpa). Estima-se que 1,8 milhão de crianças estão sujeitas ao comércio de exploração sexual e de imagens de abuso sexual no mundo.

Impacto econômico

Custos com assistência médica ao longo da vida, com possibilidade de gravidez precoce e níveis mais baixos de educação relacionados. Por sua vez, isso pode levar ao absentismo laboral e declínio da produtividade no trabalho como resultado dos problemas de saúde.

VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA

Cenário

Pesquisa da Unicef de 2006 indica que mais de 275 milhões de crianças em todo o mundo estão expostas à violência em casa, embora as subnotificações signifiquem que outros milhões de crianças podem ter sido afetadas.

Impacto econômico

Os custos reais resultantes da violência são baseados em respostas comportamentais das vítimas, segundo a ONU, e a disponibilidade dos serviços, alterando significativamente os custos diretos e indiretos para as vítimas e prestadores de serviço.

TRABALHO PERIGOSO

Cenário

A OIT calcula que 5,4% das crianças do mundo estão envolvidas no trabalho perigoso, com 85,3 milhões entre 5 e 17 anos trabalhando em condições perigosas em vários setores, como mineração, construção civil e agricultura. Em Bangladesh, o trabalho perigoso responde por 63% do emprego entre crianças de 5 a 9 anos, 56% entre 10 e 14 anos e 57% entre 15 e 17 anos.

Impacto econômico

As piores formas de trabalho infantil resultam na escravidão da criança, separação da família, exposição a graves perigos e doenças, e isolamento desde muito cedo, levando a consequências adversas para a saúde da criança, à exposição a outras violências e a consequências para suas futuras atividades de geração de renda.

EM GRUPOS ARMADOS

Cenário

A estimativa do número de crianças associadas com forças ou grupos armados varia de 250 mil a 300 mil, segundo a ONU, embora esse número seja subestimado. Pode haver um aumento de risco da exploração sexual e violência, associado ao aumento potencial do tráfico de crianças, violência psicossocial e formas extremas de trabalho infantil.

Impacto econômico

Os custos podem estar relacionados com o tratamento de curto e longo prazo, impactos psicológicos, efeitos secundários, incluindo perda de produtividade e renda ao longo da vida, e morte. Os riscos de violência contra as crianças variam de um país para outro e dependem de inúmeros fatores, como o número de crianças afetadas, a capacidade do país de responder e a força das suas instituições.

CONTINUA

01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

EXTENSÃO

Problema se alastra por todos os países, classes sociais e religiões

O estudo contratado pela ChildFund Alliance constata que a violência contra as crianças acontece em todos os países e tem efeitos graves sobre o seu desenvolvimento. Além dos 168 milhões de crianças submetidas ao trabalho infantil, segundo a OIT, as estimativas davam conta de que 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos foram vítimas de violência

sexual em 2002, ano dos dados mais consolidados.

A violação dos direitos da criança ignora raça, classe, religião e cultura. Apesar dos índices altos, grande parte dos casos é subnotificada. Crianças submetidas a abuso, negligência, exploração e violência estão em constante risco de morte, sob más condições de saúde física e mental, sujeitas à infecção pelo HIV, à falta de acesso à educação de qualidade, à falta de moradia e de condições para desenvolver suas habilidades.

O estudo conclui que a preven-

ção e o combate à violência e à exploração é essencial para garantir os direitos da criança à sobrevivência, ao desenvolvimento e ao bem-estar. Alcançar as populações mais vulneráveis e isoladas ajuda a garantir o bem-estar de todos e é indispensável para atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sem garantir o ambiente protetor para as crianças, elas não vão prosperar na educação, sua saúde vai sofrer e as desigualdades de gênero continuarão a impactar negativamente meninas e meninos. **(MK)**

ODS NA INFÂNCIA

A partir de janeiro tem início o prazo de 15 anos para que as nações de todo o mundo coloquem em prática os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por meio de iniciativas públicas e privadas. Conforme preconizado na Conferência Rio+20, a promoção de forma justa e

equitativa dos direitos da criança e do adolescente integra os 17 ODS e suas 169 metas (integrando as dimensões social, econômica e ambiental). O documento com os indicadores a serem alcançados será anunciado na 70ª assembleia geral da ONU, em setembro deste ano.

01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

16 anos poria 40 mil por ano nas prisões

Deputados avançaram pela noite em debates antes de votar a PEC que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos

● A Câmara dos Deputados começou a votar por volta das 20h desta terça-feira (30) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal, mas não havia concluído a votação até a meia-noite.

Já o presidente do Senado, Renan Calheiros, transferiu para esta quarta-feira (1.º) a decisão sobre o encaminhamento da votação do PLS 333/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e cria um regime especial de atendimento socioeducativo, a ser aplicado a menores que praticarem crimes hediondos.

O debate sobre o tema começou muito antes da votação na Câmara. Contrário à redução da maioria penal, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou na terça-feira (30) que a medida deve fazer a população carcerária do país aumentar em até 40 mil pessoas por ano, o que agravaria ainda mais o déficit de vagas do sistema prisional brasileiro. Hoje, faltam 220 mil vagas nos presídios para abrigar os 607 mil presos do país.

Segundo Cardozo, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional pode levar a uma modificação também na regra de venda de bebidas alcoólicas para jovens. “É automático. Quem está habilitado para dirigir é o imputável. Se [a imputabilidade] começa aos 16 anos, no dia seguinte da nova legislação já entra em vigor.” As afirmações do ministro foram rebatidas pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), defensor da redução da maioria e patrocinador do texto.

A proposta reduz a maioria para crimes hediondos (como estupro, latrocínio e prostituição de crianças e adolescentes) ou equiparados (tráfico de drogas, tortura e terrorismo), homicídio doloso (quando há intenção de matar), roubo qualificado, lesão corporal grave e lesão corporal seguida de morte.

Estudantes contrários à redução da maioria penal e a polícia entraram em confronto na terça-feira (30) antes de a discussão sobre o tema começar no plenário da Câmara. Houve tumulto em uma das entradas do prédio e no interior do Congresso. O acesso às galerias do plenário ficou restrito a 200 senhas, distribuídas por Eduardo Cunha, o que provocou revolta.

Maiores vítimas

Estudioso da violência no Brasil, o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz aponta a redução da maioria penal como fator capaz de “duplicar ou triplicar” o crescimento do número de homicídios de jovens

no país. Estudo feito pelo pesquisador, divulgado na segunda-feira (29) pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, mostra que o homicídio é a principal causa de morte de adolescentes de 16 e 17 anos. Caso a proposta de redução da maioria seja aprovada em definitivo no Congresso, jovens dessa faixa etária serão tratados como adultos quando cometerem determinados tipos de crime.

“Todas as prisões estão dominadas pelo crime. Para sobreviver, o jovem vai aderir a uma das organizações criminosas e sair pós-graduado em criminalidade. Com nossos níveis de violência e a diminuição da idade penal, seremos o primeiro do mundo. Não vai precisar construir presídios, mas necrotérios”, diz Waiselfisz. O Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking de 85 países com maiores taxas de homicídios de jovens de 15 a 19 anos.

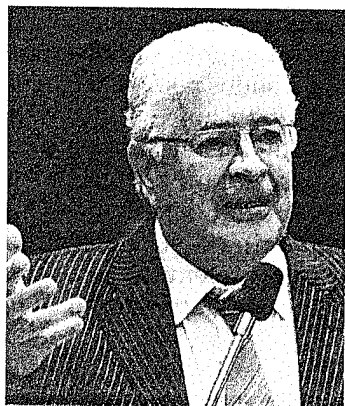
Segundo o Mapa da Violência, considerando adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil, dos 8.153 jovens nesta faixa de idade que morreram em 2013, 3.739 (46%) foram vítimas de homicídio, média de 10,3 adolescentes por dia. Em 2012, haviam sido assassinados 3.627. Neste ano, segundo projeção de Waiselfisz, este número chegará a 3.816.

CONTINUA

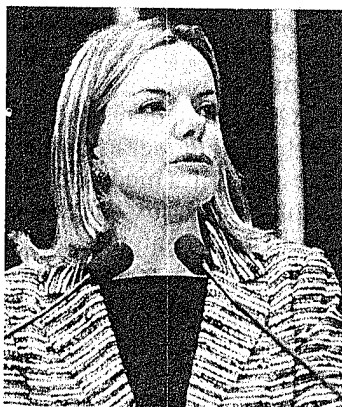
01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

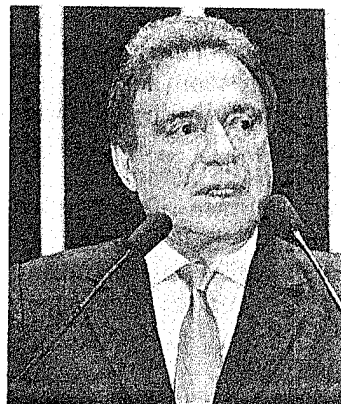
CONTINUAÇÃO



Requião: proposta equivocada.



Gleisi: medida simplista.



Álvaro: mudança radical.

ROBERTO REQUIÃO (PMDB)

Contra

"A solução para os problemas da segurança pública não passam pela redução da maioria penal. Esta proposta [PEC 171/1993] é uma proposta equivocada, que dá margens a diversas interpretações por parte de juizes e do Ministério Público. É uma proposta que oferece um remédio em aberto, a ser dosado pelas autoridades."

GLEISI HOFFMANN (PT)

Intermediária

"A redução da maioria penal é uma medida simplista para um problema complexo. Defendo a alteração do ECA, ampliando a pena de três para dez anos, para jovens que cometerem crimes hediondos. Isso, acompanhado de uma alteração no Código Penal, dobrando a pena para o adulto que usar 'menores' para prática criminosa."

ÁLVARO DIAS (PSDB)

A favor

"A sociedade exige uma mudança mais radical e eu compartilho dessa opinião. Defendo a redução da maioria penal sem estabelecer condições, como só em caso de crimes hediondos. Ou seja, defendo a legislação penal aplicada aos 16 anos, sem condicionantes que limitam o rigor das penas."

PEC 171/1993

Veja o teor da Proposta de Emenda à Constituição em trâmite na Câmara:

O QUE PROPÕE

Redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

CRIMES

Abrange os crimes previstos no Código Penal.

SANÇÕES

Jovens maiores de 16 anos condenados cumpriram pena em presídio comum. Menores de 16 anos continuariam a obedecer determinações do ECA.

TRAMITAÇÃO

Após passar na Câmara, projeto precisa ser aprovado em duas votações no Senado.

PL 333/2015

Veja o teor do Projeto de Lei que tramita em regime de urgência no Senado:

O QUE PROPÕE

Alteração do ECA, ampliando o período de internação, que pode chegar a 10 anos.

CRIMES

Abrange crimes hediondos.

SANÇÕES

Adolescente acima de 12 anos vai para instituição de reeducação. Após 18 anos, poderia ir para presídios.

TRAMITAÇÃO

Aprovado na CCJ do Senado, tramita em regime de urgência, mas ainda não foi a plenário.

CONTINUA

01 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PEC vai 'disputar' com projeto de lei que altera o ECA

Felippe Anibal

Se aprovada na Câmara, a PEC 171/1993 segue para o Senado, onde precisa ser aprovada em duas votações para ser promulgada. Mas a proposta vai enfrentar uma “disputa” pela preferência dos parlamentares com outro texto: o Projeto de Lei 333/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), que tramita em regime de urgência. O PL propõe alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ampliando o tempo de internação dos infratores que cometam crimes hediondos dos atuais três anos para até dez anos.

Se aprovada na Câmara a PEC 171/1993 estará com o trâmite mais avançado e, segundo o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), terá ganhado mais corpo e uma conjuntura mais favorável à aceitação no Senado. Ele considera que o clamor social deve exercer peso na hora de os senadores decidirem o voto. “Até os que são contrários [à redução] veem na PEC [171/1993] uma forma de aplacar consciências e evitar um desgaste ainda maior. O porcentual da sociedade que apoia a redução é próximo de 90%. Quem se posicionar contra corre o risco de sofrer um desgaste grande.”

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) acredita que o Senado deva se fechar em torno do PL 333/2015. A paranaense considera simplista a PEC da Câmara e defende que o projeto apresentado por Serra seria mais eficaz na redução do índice de jovens infratores e ampliaria as chances de reeducação. “Essa proposta [PEC 171/1993] não vai ter eficácia. O projeto [do senador José Serra] é o que melhor teria condições de reeducar os adolescentes — inclusive os menores de 16 anos — que cometessem crimes graves”, diz.

A discussão está longe de ser unânime, mesmo entre os governistas. O outro senador paranaense, Roberto Requião (PMDB), se manifestou contra qualquer proposta que reduza a idade penal.

Diferenças

Uma das principais diferenças entre as propostas diz respeito ao cumprimento das sanções. Com a promulgação das alterações da PEC 171/1993, os adolescentes maiores de 16 anos que cometessem crimes cumpriram pena em um presídio comum. Já o PL 333/2015 prevê que as medidas socioeducativas sejam cumpridas em instituições próprias para isso.

GAZETA DO POVO

ADOLFO SACHSIDA

Urnas eletrônicas, você confia nelas?

Você sabe o que França, Inglaterra e Alemanha têm em comum? Nenhum desses países adota urnas eletrônicas. Nos Estados Unidos, nos estados em que urnas eletrônicas são aceitas, elas necessariamente precisam imprimir o voto — isto é, diferem brutalmente das brasileiras. Você sabe o que Equador, Venezuela e Brasil têm em comum? Todos adotam o mesmo modelo de urna eletrônica, aquela que não imprime o voto, tornando assim impossível auditar o resultado das eleições.

Por que os países tecnologicamente mais avançados do mundo rejeitam o uso das urnas eletrônicas tais quais as adotadas no Brasil? O leitor já se fez essa pergunta? Tente responder! Nas democracias ocidentais desenvolvidas existe uma enorme desconfiança em relação ao Estado. Nenhum cidadão dessas democracias está disposto a abrir mão da segurança do pleito em troca de mais velocidade na apuração dos resultados. Claro que as urnas eletrônicas têm como sua principal vantagem a velocidade na apuração, mas essa vantagem não vem isenta de custos.

No Brasil de hoje esse custo traduz-se na incapacidade de auditar os resultados. É impossível verificar se a vontade popular foi aquela mesma anunciada pelas urnas. Isso não é teoria da conspiração, é um fato. Caso as urnas eletrônicas imprimissem o voto, seria ao menos possível realizar tal checagem.

Claro, o Estado brasileiro garante que a urna eletrônica é inviolável. Também é verdade que o Estado garante o sigilo dos dados na Receita Federal. Contudo, tais dados já foram violados no passado recente. Não custa lembrar que, há alguns anos, dados bancários de um caseiro, com conta na Caixa Econômica Federal, foram violados. Não faz muito tempo funcionários da Agência Brasileira de Informação (Abin) estavam trabalhando em operações não autorizadas (como na Satiagraha).

01 JUL 2015

Dado que não temos acesso à programação das urnas eletrônicas, por motivos de segurança, quem fiscaliza isso? O mesmo governo que violou sigilos fiscais e bancários de seus oponentes. Por que devo confiar mais na urna eletrônica que na Receita Federal? Por que devo confiar mais na urna eletrônica que na Abin? Por que devo confiar em um governo que faz dossiês ilegais contra adversários políticos? Por que confiar em um governo que está envolvido em tantos escândalos sem fim? Nada me leva a confiar neste governo; por que deveria confiar na honestidade da urna eletrônica?

Na Alemanha, os nazistas usavam marcas de leite nas cédulas eleitorais para saber quem votava a favor ou contra o governo. Quem me garante que a urna eletrônica não faça o mesmo? Aliás, isso já foi feito — foi exatamente por violar o sigilo da votação no Congresso Nacional que os senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães tiveram de renunciar. Ou seja, há alguns anos o sigilo da votação no Congresso Nacional já foi violado. Se no Congresso não se garante o sigilo, como se pretende garanti-lo no interior do país?

Em junho, a Câmara dos Deputados aprovou, por 433 votos a favor e sete contra, uma emenda obrigando as urnas eletrônicas a imprimir os votos. Tal modificação, caso seja mantida, propicia ao menos a possibilidade de checagem dos resultados eleitorais. A votação maciça em prol da impressão do voto mostra bem o grau de desconfiança em relação ao processo eleitoral atual. Nas eleições certamente cabe a máxima aplicada à mulher de César: não basta ser honesta, tem de parecer honesta.

Adolfo Sachsida é doutor em Economia e autor de Fatores determinantes da riqueza de uma nação e A crise de 2007-09: uma explicação liberal.

01 JUL 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

DE VOLTA À CORTE

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu ontem, por unanimidade, reconduzir o ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) Clayton Camargo à função de desembargador. Alvo de processo administrativo que apura uma série de denúncias, como venda de sentenças, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, corrupção passiva e crimes tributários, Camargo estava afastado do cargo desde outubro de 2013. A decisão do CNJ aconteceu no julgamento de um pedido de prorrogação do processo feito pelo relator do caso, conselheiro Paulo Teixeira. No pronunciamento, ele pediu mais 90 dias pra concluir seu relatório. Destacou, porém, que, pra seguir entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), seria prudente reconduzir Camargo ao cargo, mesmo sem decisão do mérito da questão.

INVESTIGADO

No julgamento, o relator não detalhou as investigações que fazem parte desse processo. Há ao menos duas apurações em curso: uma envolve denúncia de que Camargo teria recebido dinheiro pra beneficiar uma das partes envolvidas em uma disputa pela guarda de filhos. Outra abrange possíveis manipulações em processos de falência no estado.

DECLARAÇÃO

Em entrevista à repórter Katna Baran, da *Gazeta do Povo*, Camargo declarou que a justiça acabou triunfando. "Depois de 50 anos de vida pública, 40 anos de exercício de função, fui abruptamente tirado do cargo para averiguação, mas as coisas vão sendo esclarecidas", disse.

APOSENTADORIA

Em meio às investigações, ainda em setembro de 2013, depois de assumir a presidência do TJ-PR por alguns meses, Camargo solicitou aposentadoria e renunciou ao cargo à frente do órgão. O CNJ suspendeu o processo de aposentadoria considerando alegação do Ministério Público Federal (MPF) de que ele estaria antecipando a aposentadoria pra fugir de um eventual processo disciplinar.

01 JUL 2015

BEMPARANÁ

Prorrogado

O plenário do Conselho Nacional de Justiça decidiu hoje, por unanimidade, prorrogar por 90 dias, o processo administrativo contra o desembargador do Tribunal de Justiça, Clayton Camargo, pelo qual ele é investigado pela suspeita de tráfico de influência na eleição do filho, o ex-deputado estadual Fábio Camargo, para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Segundo a assessoria do CNJ, apesar da prorrogação do processo, que está sob os cuidados do conselheiro e relator Paulo Teixeira, o órgão decidiu que Clayton Camargo pode voltar a exercer as funções de desembargador, das quais ele havia sido afastado temporariamente.

Renúncia

O desembargador havia sido afastado das funções de magistrado por decisão do CNJ de agosto de 2014. A decisão teria como base inquéritos que correm no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e investigações da corregedoria do CNJ que apurariam denúncias de venda de sentenças, lavagem de dinheiro, corrupção passiva e crimes tributários. Camargo renunciou à presidência do TJ em setembro de 2013 e pediu aposentadoria, aprovada pelo Órgão Especial do tribunal, mas suspensa pelo CNJ.

01 JUL 2015

BEMPARANÁ

Deputados rejeitam mexer em verba de outros poderes

Oposição retirou emenda que excluía FPE da base de cálculo para repasses ao Legislativo e Judiciário

Ivan Santos

Apesar do governo enfrentar uma grave crise financeira que resultou em corte de investimentos e adiamento no pagamento de benefícios a servidores públicos, os deputados estaduais descartaram qualquer possibilidade de mexer nas verbas do Legislativo, Judiciário e demais poderes. Em meio à discussão do reajuste do funcionalismo, a bancada de Oposição chegou a apresentar uma emenda ao projeto do governo de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016 para retirar os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo dos repasses a esses poderes. A estimativa era de que isso garantiria um reforço de caixa de R\$ 428 milhões ao ano. Na votação da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa, porém, a emenda foi retirada de pauta. A LDO vai a votação hoje, em plenário.

Segundo o líder da bancada oposicionista, deputado Tadeu Veneri (PT), a decisão foi tomada porque além dele, só dois outros parlamentares –



Moura: “Oposição estava fazendo papel de bobó”

Péricles de Mello (PT) e Professor Lemos (PT) – haviam mantido as assinaturas em apoio à emenda. Outros parlamentares que haviam inicialmente assinado a proposta, decidiram depois retirar as assinaturas.

No Paraná, atualmente, Legislativo, Judiciário e Ministério Público têm direito a 18,6% do que o Estado arrecada anualmente, excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vin-

culadas. No Orçamento deste ano, os três órgãos têm previsto um repasse de quase R\$ 4,2 bilhões. Esse percentual é dividido em 9,5% para o Judiciário; 4,1% para o MP; e 5% para o Legislativo. Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, 1,9% cabe ao Tribunal de Contas. Em números absolutos, isso significa mais de R\$ 1 bilhão para o Legislativo, sendo R\$ 636 milhões para a Assembleia e R\$ 402 milhões para o TCE, R\$ 2,3 bilhões para o Tribunal de Justiça e R\$ 857 milhões

para o Ministério Público.

Até 2010, as verbas do FPE – que são repassadas ao Estado pelo governo federal, não estavam incluídas na base de cálculo para o repasse desses percentuais. Naquele ano, porém, por iniciativa dos próprios parlamentares, o FPE foi incluído na base de cálculo dessas verbas na votação da LDO de 2011.

Em 2013, o então secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Hauly (PSDB), alertou para o risco que essa fórmula representava para as contas públicas. Na ocasião, ele destacou que o aumento dos repasses para os poderes Judiciário e Legislativo, de R\$ 2,218 bilhões ou 8,84% da receita em 2011 para R\$ 2,9 bilhões ou 10,59% da receita em 2012. Segundo Hauly, isso aconteceu em razão do aumento da base de cálculo das transferências obrigatórias para os dois poderes, aprovado pela Assembleia em 2010, ainda no governo Orlando Pessuti (PMDB). De acordo com ele, na época o novo governo, ainda em processo de transição, chegou a pedir para que a medida fosse adiada, sem sucesso.

01 JUL 2015

BEMPARANÁ

Reajuste é retirado de pauta

A pedido do líder do governo na Assembleia, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), a proposta de reajuste de 3,45% para os servidores do Legislativo, a ser pago em outubro, foi retirada da pauta da Comissão de Constituição e Justiça, ontem. Romanelli alegou que a direção da Casa não apresentou, no projeto, o estudo de impacto financeiro da proposta, como determina a lei. Parlamentares viram no gesto uma tentativa do líder governista de evitar a discussão da emenda da Oposição que prevê reajuste de 8,17% para os funcionários da Assembleia.

Romanelli defende que o Legislativo reajuste os salários dos servidores da Casa no mesmo índice oferecido para os funcionários do Executivo.

Com exceção da Assembleia, porém, os demais poderes – Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público – que têm autonomia financeira, propõem a reposição integral da inflação para seus funcionários, com o pagamento do reajuste de 8,17% retroativo a 1º de maio. As propostas foram aprovadas ontem na CCJ.

RÁPIDA

Recuo

O presidente da Comissão de Orçamento, deputado Nereu Moura (PMDB), alegou ontem que a Oposição decidiu voltar atrás e retirar a emenda que excluía os recursos do Fundo de Participação dos Estados da base de cálculo para os repasses de verbas ao Legislativo, Judiciário e Ministério Público, além do Tribunal de Contas porque não via sentido mais em transferir recursos para o Executivo. “A Oposição estava fazendo papel de bobo, tirando dinheiro de um lado para dar para um governo que gasta mal”, alegou.

01 JUL 2015

BEMPARANÁ

Pensão

Neto que tenha pais vivos e não seja inválido não pode receber pensão por morte de avô militar. O entendimento é da 5ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região.

Honorários

Advogado pode ser contratado apenas por honorários sucumbenciais, pois não há lei que vede esse tipo de remuneração. O entendimento é da 1ª Turma do TST.

Eleitoral

O Advogado Josafá Antonio Lemes foi reconduzido ao cargo de juiz titular do TRE-PR para o biênio 2015-2017. A solenidade de posse está marcada para 16 de julho, às 14h15, na sede do Tribunal, em Curitiba.

Arbitac

A Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná instalou no último dia 25 uma nova comissão. Quatro advogadas foram convidadas a integrar a "Comissão de Jovens Arbitralistas" da Arbitac. Thaís Braga Bertassoni, Melissa Telma Figueiredo, Karen Mansur Chuchene e Camila Helena Moraes Kubo. Elas vão atuar no desenvolvimento de novos projetos e fomento da prática arbitral no Brasil e no exterior.

Cartórios

Cartórios extrajudiciais de todas as especialidades já podem se inscrever para a 11ª edição Prêmio de Qualidade Total (PQTA), promovido pela Anoreg-BR, cujo objetivo é reconhecer os ofícios que atendam aos requisitos de excelência e qualidade na gestão organizacional e na prestação de serviços aos usuários. Inscrições até o dia 10 de julho pelo site <http://anoreg.org.br/pqta2015>.

Pós-graduação

Até 16 de julho, a ABDConst - Academia Brasileira de Direito Constitucional está com inscrições abertas para o concurso de bolsas de pós-graduação *lato sensu* para o segundo semestre deste ano, direcionadas a bacharéis em Direito. Inscrições abdconst.com.br

01 JUL 2015

BEMPARANÁ

O preço da Justiça!

Carlos A. Vieira da Costa —

A delação premiada de Ricardo Pessoa, da UCT, acumulada com a manutenção da prisão de Marcelo Odebrecht pelo STJ, esticou a corda do cabo de guerra da política nacional a níveis até então intangíveis, ao ponto de provocar reações inesperadas. Uma delas foi partiu do Ministro Marco Aurélio Mello, que condenou o excesso de prisões decretadas no âmbito da operação Lava Jato. Segundo Aurélio, a prisão preventiva deve ser utilizada como exceção e não como regra nem como instrumento de indução de delações. No mesmo sentido foi o recente comentário de Celso Antônio Bandeira de Mello, um dos mais respeitados juristas brasileiros em atividade, que não economizou críti-

cas contra a forma como o Juiz Sérgio Moro vem conduzindo o processo.

Na verdade, a pressão sofrida pelo governo e pelo que representa ideologicamente cedo ou tarde teria que vaziar por algum lado, e foi o que aconteceu. A própria presidente, em entrevista coletiva concedida à imprensa brasileira nos EUA, partiu para o ataque ao desqualificar expressamente o delator e exigir que se investigue tudo a fundo, inclusive as doações a partidos de oposição.

O fato, porém, é que justa ou injusta a Lava Jato, a partir da prisão dos mais poderosos empresários do país, conseguiu quebrar o encanto da impunidade que sempre protegeu a parte endinheirada da nossa sociedade, e isso não representa pouco.

A dúvida é saber até que ponto possíveis excessos cometidos compensarão os prejuízos já evidentes, pois a verdade é que, tirando casos eventuais, os empresários envolvidos não são bandidos nem malfeitores, e as empresas, no seu conjunto, ajudaram literalmente a construir o país, empregando muitos milhares de pessoas ao longo de suas existências, e provendo o erário de vultosas quantias pagas a título de tributos.

A resposta o tempo dirá, mas de minha parte não tenho dúvidas: uma justiça excessiva é tão deletéria quanto uma justiça leniente, além de normalmente custar bem mais caro.

Carlos Augusto Vieira da Costa
Procurador do Município de Curitiba

01 JUL 2015

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

Um erro que custou 6,25 milhões

*Jônatas Pirkiel

Se estivéssemos falando de indenização de erro judiciário no Brasil, por certo, se é que eles fossem reconhecidos, a reparação não passaria de dezena de milhar. Mas, não é o caso, pois o fato somente poderia ter ocorrido numa democracia sólida, que sustenta um Estado Democrático de Direito efetivo e sem caricaturas.

Jonathan Fleming, hoje com 53 anos, passou 25 deles preso por um crime que não teria cometido, apesar da sentença condenatória que lhe foi imposta, tudo por obra dos métodos de investigação do detetive Louis Scarcella, do Estado de Nova York. Responsável por inúmeras condenações que agora estão sendo revisadas por uma equipe especial, coordenada por um Professor de Direito da Universidade de Harvard.

No último dia 23 de junho, as autoridades de Nova

York admitiram pagar 6.25 milhões de dólares para Jonathan Fleming, que foi libertado em abril de 2014, depois de sua condenação ter sido anulada pelo procurador do distrito do Brooklyn, que o tinha considerado culpado em agosto de 1989, sob a acusação de ter matado um traficante de drogas, mesmo tendo demonstrado que não poderia ter praticado o crime, visto que estava com a família na cidade de Orlando, na Flórida apesar de estar com a família em Orlando, no Estado da Flórida, no dia em que o crime ocorreu.

O acusado, à época, tinha uma recibo de hotel de 14 de agostos de 1989, com a hora de 21:27, quatro horas antes de Darryl Rush ter sido assassinado no Brooklyn, distante 1.600 quilômetros de distância de Orlando. Para as autoridades de Nova York, não se pode devolver o tempo que Fleming passou preso, mas é o que a cidade de Nova York

pode oferecer como compensação pela injustiça que foi cometida.

Dos inúmeros erros judiciais ocorridos no Brasil, o mais famoso foi o dos irmãos "naves" de Araguari/MG, condenados sob a acusação de latrocínio por obra, da mesma forma, de um policial truculento, chamado de "Chico Vieira", personagem sinistro e marcado para ser o causador do mais vergonhoso erro judiciário brasileiro.

Mais, recentemente, em Santa Catarina, a juíza Érica Lourenço de Lima Ferreira foi reintegrada à magistratura depois de 17 anos afastada com base numa acusação sem provas, sob a suposta participação como advogada de uma fraude processual antes de ser juíza, sem nunca ter sido parte no processo.

*O autor é advogado criminalista (jônataspirkiel@terra.com.br)

01 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria denuncia 125 por máfia da Receita do PR

Ação atinge primo do governador Beto Richa

O Ministério Público do Paraná denunciou, na segunda-feira (29), 125 pessoas por envolvimento na máfia da Receita Estadual do Paraná, esquema milionário que cobrava propina de empresários para abater ou anular dívidas tributárias.

A denúncia é resultado da segunda fase da Operação Publicano, deflagrada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado) em Londrina.

Entre os denunciados há 57 auditores fiscais, 59 empresários e advogados e nove contadores. Alguns já haviam sido denunciados na primeira fase da operação, que apontou 62 suspeitos.

Segundo o Gaeco, o grupo atuava de maneira hierarquizada e com distribuição de tarefas para facilitar a sonegação fiscal em troca de propina. Na nova denúncia, o Gaeco apontou ao menos 124 fatos criminosos. Alguns dos suspeitos estão presos.

Primo do governador Beto Richa (PSDB), o empresário Luiz Abi Antoun, 59, também alvo da denúncia, é apontado como a figura central do esquema criminoso.

“A associação dos auditores fiscais mencionados contou com a proteção política do também denunciado Luiz Abi Antoun, que detinha fundamental papel nesta organização criminosa”, afirma trecho da denúncia.

“Luiz Abi Antoun exercia importante atuação nos bastidores da política estadual paranaense, especialmente porque sua crescente influência política decorria da manutenção de vínculo pessoal e de parentesco com o governador do Estado do Paraná eleito no ano de 2010, o que conferia a Luiz Abi Antoun incomum atuação nos bastidores do poder”, afirmam os promotores.

Segundo a denúncia, o esquema da Receita Estadual abasteceu a campanha à reeleição de Richa em 2014 com R\$ 4,3 milhões. O governador e o PSDB negam.

A máfia funcionava havia pelo menos 30 anos e movimentava R\$ 50 milhões anuais só em propina.

Abi também é protagonista de outra operação do Gaeco, a Voldemort, que apura fraude em licitação para manutenção de veículos oficiais do governo.

01 JUL 2015

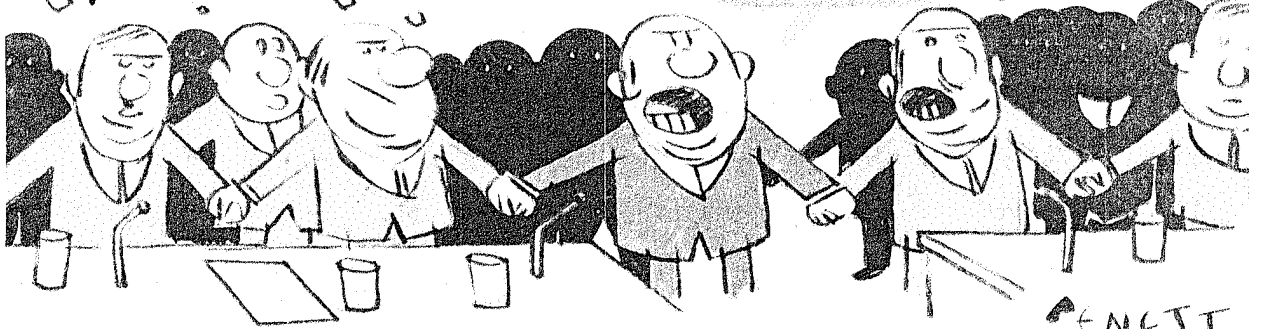
FOLHA DE S. PAULO

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

HOJE IREMOS MANDAR
UM MONTE DE GENTE
APODRECEER E MORRER
NO INFERNO DOS
PRESÍDIOS.

MAS, ANTES,
VAMOS REZAR
UM PAI-NOSSO...

+ESCOLAS
- CADEIAS



01 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

A DISPOSIÇÃO

A primeira-dama de Minas Gerais, Carolina Oliveira, apresentou ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) petição para se antecipar à quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico nas investigações sobre supostos desvios de recursos para campanhas do PT que envolvem também o governador Fernando Pimentel (PT-MG).

NOME PRÓPRIO

A primeira-dama disponibilizará os dados para reforçar o argumento da defesa, de que todos os recursos que recebeu em trabalhos de assessoramento nunca foram transferidos para o marido.

•
Eles estariam depositados em aplicações financeiras em nome dela ou teriam sido gastos exclusivamente em despesas pessoais.

01 JUL 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro diz que cartela Petrobras atuou em outras áreas

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações penais da Operação Lava Jato, acredita que o mesmo modelo de corrupção e propinas instalado na Petrobras foi adotado por algumas das maiores empreiteiras do País em outras áreas de infraestrutura do governo, como hidrelétricas e usinas.

Por meio de informações ao Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4), que examina pedido de habeas corpus para o executivo Elton Negrão de Azevedo Júnior, da Andrade Gutierrez - preso pela Erga Omnes, a 14.ª fase da Lava Jato, deflagrada em 19 de junho -, Sérgio Moro aponta para suposto envolvimento das construtoras em empreendimentos bilionários, agora sob suspeita a partir da delação premiada de um dos altos dirigentes da Camargo Corrêa, desligado depois de ser preso. ■

NOTAS POLÍTICAS

Reajustes aprovados

Quatro das cinco proposições relativas a reajustes salariais de várias categorias do funcionalismo público, constantes na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, foram aprovadas na sessão realizada no início da tarde de ontem: o projeto para a Procuradoria Geral de Justiça - Ministério Público; para o Tribunal de Justiça; para o Tribunal de Contas do Estado; e para a Defensoria Pública.

Fachin impedido

Mais novo integrante do STF, o ministro Luiz Edson Fachin se declarou impedido para comandar um inquérito que investiga um dos braços do mensalão, esquema de desvio de recursos públicos e pagamento de propina a políticos no início do governo Lula. Com isso, o processo foi redistribuído para o ministro Dias Toffoli assumir a relatoria.

Prefeitura e TJ-PR buscam acelerar atendimentos

A Prefeitura de Curitiba e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) firmaram convênio para tornar mais célere e melhorar a qualidade do atendimento à população nos Fóruns Descentralizados que o Judiciário mantém

nos bairros de Curitiba. Pelo convênio, equipes de várias áreas do Município poderão atuar nos fóruns, em conjunto com equipes do Tribunal de Justiça.

Prefeitura e TJ-PR buscam acelerar atendimentos

Convênio visa agilizar e melhorar a
qualidade do atendimento à população
nos Fóruns Descentralizados que o Judiciário
mantém nos bairros de Curitiba



Convênio foi firmado em solenidade realizada ontem com a participação do prefeito Gustavo Fruet e da direção do TJ, além de juizes e secretários municipais

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

30 JUN 2015

A Prefeitura de Curitiba e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) firmaram convênio para tornar mais célere e melhorar a qualidade do atendimento à população nos Fóruns Descentralizados que o Judiciário mantém nos bairros de Curitiba. Pelo convênio, equipes de várias áreas do Município poderão atuar nos fóruns, em conjunto com equipes do Tribunal de Justiça.

O convênio foi firmado em solenidade realizada ontem, no prédio do Tribunal de Justiça, no Centro Cívico, com a participação do prefeito Gustavo Fruet e da direção do TJ, além de juízes e secretários municipais.

Desde junho de 2012, mais de 300 mil atendimentos foram feitos pelos Fóruns Descentralizados. Atualmente, três fóruns descentralizados atendem a população nas regionais Santa Felicidade, CIC e Pinheirinho em locais próximos às Ruas da Cidadania. Na regional Bairro Novo, por enquanto, há serviços relacionados aos juizados especiais.

Buscando ampliar a oferta de serviços da Justiça à comunidade, está prevista a instalação de outras unidades nas regionais Boqueirão, Cajuru, Portão e Boa Vista.

Entre as competências do Fórum Descentralizado estão juizado especial cível e criminal, infância e juventude, família e sucessões e Cejuse (Centro Judiciário de soluções de conflitos e cidadania). Pelo convênio, os servidores da Prefeitura receberão capacitação para trabalhar em conjunto com as equipes dos fóruns e a Prefeitura poderá ceder, se necessário, funcionários para este atendimento.

A atuação dos Fóruns Descentralizados tem conseguindo resolver conflitos, muitas vezes

sem a necessidade de instalação de processos. “Este evento foi idealizado para celebrar os resultados altamente positivos alcançados pelos Fóruns Descentralizados na capital, neste contexto em que se procura construir um novo modelo de Justiça, mais inclusivo e próximo do cotidiano das pessoas”, afirmou o 2º vice-presidente do TJ e presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais, desembargador Fernando Wolff Bodziak.

O prefeito Gustavo Fruet destacou o bom relacionamento e diálogo constante e necessário entre a Prefeitura e o Poder Judiciário. “O Poder Judiciário tem sido parceiro e sempre manteve muito diálogo com a Prefeitura de Curitiba. Vivemos um momento desafiador, com uma convergência de crise política e econômica que há muito tempo não se via no país. Mais do que nunca temos de criar mecanismos de diálogo e de busca de soluções em diversas áreas, contando fundamentalmente com a participação do Poder Judiciário”, disse. Ele comenta que a desconcentração dos serviços tem sido uma busca da atual gestão da Prefeitura. “Se tivermos a possibilidade de desconcentrar ao máximo os serviços públicos, vamos ter uma resposta muito mais ágil e com eficácia, como o Fórum Descentralizado está demonstrando”, complementou o prefeito.

O presidente do TJ, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, também ressaltou a importância da assinatura do convênio com a Prefeitura, destacando a figura de Gustavo Fruet. “É um homem digno e trabalhador. Seu nome é sempre enobrecido por onde passa e pela comunidade. Isso nos dá a segurança de uma administração honesta e íntegra”, afirmou o desembargador.

30 JUN 2015

RECONHECIMENTO

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro Néfi Cordeiro recebe Cidadania ACP

Compromisso de tornar a Justiça mais rápida
foi renovado por magistrado federal

“Renovo aqui todos os compromissos de fazer o melhor pela agilização e acesso à Justiça, a fim de atender os anseios da população”. Com essas palavras o ministro Néfi Cordeiro, nomeado para o Superior Tribunal Federal (STF) em 2014, resumiu o agradecimento pelo título Cidadania ACP recebido nessa segunda-feira (29), em almoço com a participação de juízes federais, integrantes do Ministério Público, políticos, autoridades, advogados e grande número de convidados.

O título foi proposto pelo Conselho Político da ACP, coordenado pelo vice-presidente Sinval Lobato Machado, atendendo à sugestão apresentada pelo juiz federal Anderson Furlan, presidente da Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe), que ao saudar o homenageado lembrou o esforço feito por vários segmentos da sociedade paranaense pela nomeação do desembargador federal Néfi Cordeiro para o STJ.

O presidente Antonio Miguel Espolador Neto congratulou o ministro Néfi Cordeiro, nomeado para a função pela presidente Dilma Rousseff, formulando votos pela continuidade “de uma brilhante carreira na magistratura com passagens pelo Ministério Público e Justiça Federal”.

TERCEIRA LISTA

Furlan historiou a carreira do ministro, citando as inúmeras vezes em que o mesmo tirou o primeiro lugar ainda nos tempos da Faculdade de Direito de Curitiba e, mais tarde, nos cursos e concursos públicos dos quais participou,

sublinhando que “a nomeação para o STJ veio somente na terceira lista tríplice submetida à presidência da República”.

O presidente da Apajufe destacou que a nomeação “foi uma vitória da sociedade organizada, destacando o envolvimento da ACP, Pró-Paraná, OAB/PR, Instituto dos Advogados do Paraná, da então ministra Gleisi Hoffmann e do senador Sérgio Souza, entre tantos outros que assumiram a causa da nomeação de Néfi Cordeiro”.

Ao agradecer o título, o ministro integrante da instituição também conhecida como “tribunal da cidadania” interpretou sua chegada ao STJ como “uma causa do Paraná”, assim como “a possibilidade de melhor representar os interesses jurisdicionais e mesmo políticos da comunidade”.

PROCESSO É VIDA

Cordeiro fez questão de agradecer a cada uma das entidades que se empenharam por sua nomeação, informando que ao receber o gabinete que lhe foi confiado se deparou “com 12 mil processos, alguns milhares com até 10 anos de espera por alguma solução, dos quais oito mil ainda estão na fila”. Ele disse também que seu gabinete recebe a média diária de 40 pedidos de habeas corpus “dos quais, no mínimo, dependem duas vidas e, por isso, requerem decisões adequadas e rápidas, mesmo porque processo não é número, mas vida”.

No final do pronunciamento o ministro Néfi Cordeiro renovou o compromisso de trabalhar “por uma justiça melhor e mais rápida em favor da paz social”, dizendo estar às ordens em Brasília: “Meu gabinete está sempre de portas abertas e o cafezinho e a vista do Paranoá à disposição de todos”.

Além dos ex-presidentes Jonel Chede, Virgílio Moreira e Edson José Ramon, vice-presidentes e conselheiros da ACP, participaram também da homenagem o desembargador Jucimar Novochadlo, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), ex-governador Orlando Pessutti, deputado estadual Hussein Bakri, José Lúcio Gloimb, presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, Frederico Mendes Junior, presidente da Amapar, desembargador federal Fernando Quadros e o juiz federal Nicolau Konkel Junior.

30 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF4 - DNIT e Queiroz Galvão são condenados a indenizar proprietário de casa atingida por obra na BR 101

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve, na última semana, sentença que condenou o Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT) a indenizar por danos materiais o proprietário de uma casa próxima a Torres (RS) atingida por rachaduras decorrentes de vibrações causadas pela duplicação da BR 101.

Em 2009, o homem moveu a ação contra o órgão e a construtora Queiroz Galvão (responsável pela obra), pedindo indenização por danos morais e materiais. Alegou que após o início das obras na região, surgiram trincas

nas paredes de sua casa que seriam resultado do trânsito intenso de caminhões.

O laudo pericial realizado no local constatou que as fissuras foram causadas por problemas na estrutura do imóvel, aliados ao solo arenoso no qual está fundado, sendo agravadas pelos abalos provenientes da obra.

O juízo de primeira instância deu parcial provimento aos pedidos. Apesar do principal motivo do dano ser o problema na edificação, condenou o DNIT e a empresa ao pagamento de R\$ 1,4 mil pelo transtorno. Entretanto, os danos morais foram negados.

TRF1 - Crime ambiental cometido de forma permanente não é passível de prescrição

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou o pedido de habeas corpus impetrado contra o ato da 2ª Vara Federal de Uberlândia (MG) que condenou o réu a seis meses de detenção pela prática do crime descrito no art. 48 da Lei 9.605/98 (crime ambien-

tal). A condenação se deu por causa de uma construção de sobrado de alvenaria em área de preservação ambiental permanente. Ao analisar o caso, o relator, desembargador federal Olindo Menezes, entendeu que a conduta de impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas.

STF - Ministro julga prejudicada ação que questionava verba indenizatória de deputados do Amapá

O ministro Luiz Fux julgou prejudicada a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 255, ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra atos da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, que fixavam valores das verbas indenizatórias dos deputados estaduais acima do permitido pela Constituição.

Ao prever pagamento de verbas indenizatórias para os parlamentares amapaenses acima do limite de 75% das verbas pagas aos deputados federais, as normas violariam o artigo 27 (parágrafo 2º) da Constituição Federal, sustentava a PGR.

A assembleia estadual informou ao STF que a norma

questionada foi revogada e nova norma passou a disciplinar a matéria “nos exatos termos e dentro dos limites” da regra constitucional. Diante da notícia da revogação, e consequente perda do objeto da ação, a Advocacia-Geral da União e a própria autora da ação, a PGR, opinaram pela prejudicialidade da ADPF.

Como o objeto da ADPF não mais vigora no ordenamento jurídico, o ministro reconheceu que o pedido ficou prejudicado. “A jurisprudência dessa Suprema Corte é pacífica quanto à prejudicialidade das ações do controle concentrado de constitucionalidade, por perda superveniente de objeto, quando sobrevém a revogação ou alteração substancial da norma questionada”, explicou o ministro.

30 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ - Cemig não consegue manter concessão da usina hidrelétrica de Jaguará

A Cemig Geração e Transmissão não tem direito à renovação automática da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, localizada na divisa de Minas Gerais com São Paulo. A decisão é da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que concluiu o julgamento do mandado de segurança da Cemig contra ato do ministro de Minas e Energia.

O Poder Executivo havia negado o pedido da companhia energética de Minas Gerais

para prorrogar a concessão da usina por mais 20 anos, por entender que o novo marco regulatório do setor elétrico teria revogado a cláusula do contrato de concessão que previa o direito à prorrogação. Bastava apresentar o pedido em até seis meses antes do termo final, acompanhado dos comprovantes de cumprimento das obrigações contratuais e legais.

O contrato de concessão, assinado em 1997, venceu em agosto de 2013.

TST - Instituto é condenado por demitir secretária com problemas psiquiátricos

O Instituto Aliança com o Adolescente, de Salvador (BA), foi condenado a indenizar por danos morais, no valor de R\$ 10 mil, uma secretária com problemas psiquiátricos demitida durante a vigência de contrato por tempo determinado. A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu de recurso da instituição e manteve a condenação, imposta pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA).

A secretária foi admitida em abril de 2012 e demitida em julho daquele ano, ainda na vigência do contrato, pror-

rogado devido à concessão de auxílio-doença pelo INSS. Na reclamação trabalhista, afirmou que, após ser comunicada da dispensa por telefone, sofreu um surto de depressão e tentou suicídio cortando os pulsos.

Em sua defesa, o Aliança alegou que, embora tenha sido requerido em junho, o auxílio-doença só foi concedido em agosto, após a demissão. No entanto, para o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA), que condenou o instituto, a trabalhadora não poderia ser demitida porque o benefício tem início a partir do requerimento.

PAPÓ DETOGADOS

Nas conversas no cafezinho, os desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais já dão como certa uma cassação do diploma do governador Fernando Pimentel (PT) caso desembarque na Corte um processo resultado da operação da PF que cerca o empresário Benedito, operador da campanha.

30 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF - Lei do Rio de Janeiro sobre saúde ocupacional de profissionais de enfermagem é questionada no Supremo

A Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5336, com pedido de liminar, contra a Lei 6.296/2012, do Estado do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem.

A norma estabelece medidas protetivas a serem aplicadas à categoria e trata das atividades que envolvem riscos ocupacionais, bem como da obrigatoriedade de exames periódicos e das regras para plantões e repouso durante a jornada de trabalho.

A entidade alega que a lei estadual viola a competência exclusiva da União para legislar sobre direito do trabalho, prevista no artigo 22, inciso I, da Constituição Federal (CF). “No que se refere a saúde ocupacional, os direitos e obrigações são fundamentados no contrato de trabalho, logo, pertencem ao direito do trabalho, que é matéria de competência exclusiva da União”, afirma.

Sustenta ainda que, embora a Constituição preveja a proteção e defesa da saúde como matéria de competência concorrente da União e dos Estados Federados, tal competência está direcionada à saúde em geral.

30 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF – Rejeitado Habeas Corpus a acusado de integrar quadrilha de tráfico de drogas

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), julgou inviável (não conheceu) o Habeas Corpus (HC) 128679, impetrado por Marson Antônio da Silva, acusado de ser o braço financeiro de uma quadrilha dedicada ao tráfico de drogas, que pedia a revogação da prisão preventiva para responder ao processo em liberdade. O habeas foi impetrado contra decisão de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que também indeferiu recurso semelhante que tramita naquele tribunal.

De acordo com os autos, o réu foi preso em janeiro de 2015, juntamente outros acusados, por determinação do juízo da 5ª Vara da Justiça Federal em Mato Grosso. Na operação foram apreendidos 207,9 quilos de cocaína, diversos automóveis e 197 mil dólares e 34,5 mil reais em espécie. Eles foram denunciado pelos crimes de tráfico, associação para o tráfico e financiamento ou custeio do tráfico de entorpecentes (artigos 33, 35 e 36 da Lei 11.343/2006).

Segundo a defesa, a prisão teria sido decretada com respaldo na probabilidade genérica de reiteração delitiva. Alega, ainda, que o réu é dono de agência de turismo e desconhecia o fato de que os dólares americanos estavam sendo vendidos para pessoas que utilizariam aquela moeda para financiar o tráfico de drogas.

O ministro Roberto Barroso afirmou que o STF consolidou o entendimento no sentido da inadmissibilidade da impetração

de habeas corpus contra decisão que nega provimento a cautelar. O relator ressaltou que, embora essa jurisprudência possa ser superada quando for detectada evidente ilegalidade ou abuso de poder, o caso dos autos não autoriza a superação do entendimento consolidado na Súmula 691/STF.

O relator verificou que, ao fundamentar o decreto de prisão, o juiz narrou que a representação policial descreveu pelo menos cinco eventos de tráfico de drogas em um curto período. Argumentou também que a gravidade e complexidade dos delitos, a ramificação da atuação por diversos estados e capacidade financeira dos envolvidos justifica a prisão preventiva como forma de preservar a instrução penal. Segundo a fundamentação, as trocas de mensagens entre os denunciados demonstraria, em tese, a estabilidade e durabilidade da associação, e a firme convicção em continuar cometendo o crime de tráfico, e que só poderia ser evitada com a segregação dos investigados.

“Nessas condições, o decreto de prisão preventiva alinha-se à orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a gravidade em concreto do crime, a periculosidade do agente, a quantidade da droga e a necessidade de interromper a atuação de organização criminosa justificam a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal”, concluiu o relator.